

medidas preventivas seja de dois anos após publicação em Jornal Oficial, caducando com a entrada em vigor da revisão do plano.

Durante o prazo de vigência, referido anteriormente, a suspensão parcial do PDM é aplicável na área definida na planta anexa. As medidas preventivas aplicam-se na mesma área. Esta área abrange unicamente a categoria de espaços designada “Zona Mista Agrícola e Florestal” do PDM em vigor.

### 3 — Disposições suspensas

A Câmara Municipal da Ribeira Grande propõe a suspensão do artigo 83.º do regulamento do PDM da Ribeira Grande na área do terreno classificado na Planta de Ordenamento identificado no anexo I.

### 4 — Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal da Ribeira Grande e Estabelecimento de Medidas Preventivas

A presente proposta de suspensão parcial e medidas preventivas foi, nos termos legais, objeto de parecer em conferência de serviços composta por entidades representativas dos interesses a ponderar.

Considerando o disposto na alínea b) do n.º 2 e nos n.ºs 4 e 9 do artigo 133.º e nos n.ºs 2, 4 e 5 do artigo 139.º do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto, a Câmara Municipal da Ribeira Grande propõe à Assembleia Municipal da Ribeira Grande que delibere:

a) Aprovar uma suspensão parcial do Plano Diretor Municipal da Ribeira Grande, publicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2006/A, de 10 de abril;

b) A suspensão abrange a área delimitada na planta anexa, que é parte integrante da deliberação;

c) A suspensão incide sobre o artigo 83.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal;

d) O prazo de vigência da suspensão parcial é de dois anos a contar da data de publicação no Jornal Oficial;

e) A suspensão referida tem finalidade exclusiva para a construção da fábrica para a concessão da exploração da água mineral natural das Lombadas;

f) Aprovar o estabelecimento de medidas preventivas, para a mesma área pelo mesmo prazo da suspensão parcial, conforme anexo II.

### Medidas preventivas

#### Artigo 1.º

#### Âmbito territorial

São estabelecidas as medidas preventivas para a área objeto de suspensão parcial do PDM da Ribeira Grande, publicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2006/A, de 10 de abril, delimitada e identificada nas plantas pertencentes aos anexos I e II.

#### Artigo 2.º

#### Âmbito material

Na área objeto das medidas preventivas as obras de construção ficam limitadas aos parâmetros das alíneas a), b), c), i) e j) do n.º 2 do artigo 69.º do regulamento do PDM da Ribeira Grande, publicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2006/A, de 10 de abril, denominada da “Zonas de Indústria Proposta”

#### Artigo 3.º

#### Âmbito temporal

O prazo de vigência das medidas preventivas é de dois anos a contar da data de publicação no Jornal Oficial, caducando com a entrada em vigor da revisão do Plano Diretor Municipal.

### Proposta de Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal da Ribeira Grande e Estabelecimento de Medidas Preventivas

### Medidas preventivas

#### Artigo 1.º

#### Âmbito territorial

São estabelecidas as medidas preventivas para a área objeto de suspensão parcial do PDM da Ribeira Grande, publicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2006/A, de 10 de abril, delimitada e identificada nas plantas pertencentes aos anexos I e II.

#### Artigo 2.º

#### Âmbito material

Na área objeto das medidas preventivas as obras de construção ficam limitadas aos parâmetros das alíneas a), b), c), i) e j) do n.º 2 do artigo 69.º do regulamento do PDM da Ribeira Grande, publicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2006/A, de 10 de abril, denominada da “Zonas de Indústria Proposta”

#### Artigo 3.º

#### Âmbito temporal

O prazo de vigência das medidas preventivas é de dois anos a contar da data de publicação no Jornal Oficial, caducando com a entrada em vigor da revisão do Plano Diretor Municipal.

### Identificadores das imagens e respetivos endereços do sítio do SNIT (conforme o disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 245/2011)

42722 — [http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta\\_com\\_a\\_delimitação\\_da\\_área\\_a\\_sujeitar\\_a\\_MP\\_42722\\_1.jpg](http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_com_a_delimitação_da_área_a_sujeitar_a_MP_42722_1.jpg)

42722 — [http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta\\_com\\_a\\_delimitação\\_da\\_área\\_a\\_sujeitar\\_a\\_MP\\_42722\\_2.jpg](http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_com_a_delimitação_da_área_a_sujeitar_a_MP_42722_2.jpg)  
611166606

## MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS FLORES

### Regulamento n.º 155/2018

#### 1.ª Alteração ao Regulamento do Programa Municipal de Incentivo à Natalidade

#### Artigo 1.º

#### Objeto

A Nota Justificativa e os artigos 2.º, 3.º e 14.º do Regulamento do Programa Municipal de Incentivo à Natalidade, passam a ter a seguinte redação:

#### «Nota justificativa

[...]

As alterações aprovadas foram sujeitas a consulta pública conforme o estabelecido no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo.

#### Artigo 2.º

[...]

1 — O incentivo à natalidade efetua-se através da atribuição de um subsídio mensal, a pagar a partir do mês seguinte ao do nascimento da criança e a terminar no mês seguinte ao que a criança complete 36 meses de idade.

2 — .....

#### Artigo 3.º

[...]

1 — .....  
2 — .....  
3 — Os requerentes cujas crianças usufruíram do incentivo e que ainda não completaram os 36 meses de idade dispõem de 60 dias, após entrada em vigor das alterações ao Regulamento, para requerer, através de impresso próprio, na Câmara Municipal, o Incentivo à Natalidade.

#### Artigo 14.º

#### Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no primeiro dia seguinte ao da sua publicação.

O regulamento foi aprovado pela Assembleia Municipal em sessão efetuada em 26 de fevereiro de 2014 e alterado pelo mesmo órgão em sessão realizada no dia 23 de fevereiro de 2018.»

#### Artigo 2.º

#### Produção de efeitos

A presente alteração ao regulamento produz efeitos a partir do dia seguinte à sua publicação definitiva no *Diário da República*, nos termos legais.

## Repúblicação do Regulamento do Programa Municipal de Incentivo à Natalidade

### Nota justificativa

Considerando:

A importância que a área do desenvolvimento social assume na ação do Município de Santa Cruz das Flores;

O interesse do Município em promover incentivos específicos que conduzam, por um lado, ao aumento da natalidade e, por outro, à fixação e melhoria das condições de vida das famílias residentes no município;

Que o envelhecimento populacional e a baixa taxa de natalidade presentes no município de Santa Cruz das Flores nas últimas décadas, têm provocado uma forte distorção na pirâmide geracional, com consequências negativas no desenvolvimento económico deste território;

Que as atuais tendências demográficas, e as que se preveem para as décadas vindouras, se traduzem num decréscimo significativo da taxa de natalidade, fazendo sentido implementar medidas especificamente direcionadas para as famílias, criando incentivos adicionais que ajudem a controlar e contrariar essa realidade, e os problemas dela resultantes;

Que a família se debate, no atual contexto socioeconómico, com limitações no que concerne à disponibilidade de recursos, sendo dever do Estado cooperação, apoio e incentivo ao papel insubstituível que a mesma desempenha na comunidade;

Que importa promover mecanismos de apoio aos indivíduos e famílias económicas e socialmente mais desfavorecidos, mas também e simultaneamente fomentar políticas de incentivo à família enquanto célula fundamental de socialização e espaço privilegiado de realização pessoal, não obstante a sua condição socioeconómica;

Entendeu-se por adequado proceder à elaboração deste regulamento, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e nos termos do disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º, alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

As alterações aprovadas foram sujeitas a consulta pública conforme o estabelecido no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo.

### Artigo 1.º

#### Âmbito

O Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade visa fixar as condições da atribuição do incentivo à natalidade no município de Santa Cruz das Flores.

### Artigo 2.º

#### Apoio à natalidade

1 — O incentivo à natalidade efetua-se através da atribuição de um subsídio mensal, a pagar a partir do mês seguinte ao do nascimento da criança e a terminar no mês seguinte ao que a criança complete 36 meses de idade.

2 — O incentivo à natalidade concretiza-se sob a forma de reembolso de despesas efetuadas, com a aquisição de bens e/ou serviços considerados indispensáveis ao desenvolvimento saudável e harmonioso da criança.

### Artigo 3.º

#### Aplicação e beneficiários

1 — O presente regulamento aplica-se às crianças nascidas a partir do dia 1 de janeiro de 2014.

2 — São beneficiários os indivíduos isolados ou inseridos em agregados familiares, residentes e recenseados no Município de Santa Cruz das Flores, desde que preencham os requisitos constantes no presente regulamento.

3 — Os requerentes cujas crianças usufruíram do incentivo e que ainda não completaram os 36 meses de idade dispõem de 60 dias, após entrada em vigor das alterações ao Regulamento, para requerer, através de impresso próprio, na Câmara Municipal o Incentivo à Natalidade.

### Artigo 4.º

#### Condições gerais de atribuição

São condições de atribuição do incentivo, cumulativamente:

a) Que a criança se encontre registada como natural do Município de Santa Cruz das Flores, salvo no caso das situações previstas na alínea c) do artigo 5.º;

b) Que a criança resida efetivamente com o/a requerente ou requerentes;

c) Que pelo menos um dos requerentes do direito ao incentivo residam no Município de Santa Cruz das Flores, no mínimo, há 2 anos contínuos, contados à data do nascimento da criança e que estejam recenseados/as no município nos seis meses anteriores à data do nascimento da criança;

d) Que o/a requerente ou requerentes do direito ao incentivo não possuam, quaisquer dívidas para com o Município, a Segurança Social e a Autoridade Tributária (dívidas fiscais).

### Artigo 5.º

#### Legitimidade

Têm legitimidade para requerer o incentivo previsto no presente Regulamento:

a) Em conjunto, ambos os progenitores, caso sejam casados ou vivam em união de facto, nos termos da lei;

b) O/a progenitor/a que, comprovadamente, tiver a guarda da criança;

c) Qualquer pessoa singular a quem, por decisão judicial ou administrativa das entidades ou organismos legalmente competentes, a criança esteja confiada.

### Artigo 6.º

#### Forma de candidatura

O incentivo à natalidade é requerido através de impresso próprio, entregue na Câmara Municipal, instruído com os seguintes documentos:

a) Cópia da certidão de nascimento da criança;

b) Cópia do bilhete de identidade ou cartão de cidadão do/a requerente ou requerentes;

c) Cópia do documento de identificação fiscal da criança e do/a requerente ou requerentes;

d) Atestado da Junta de Freguesia da área de residência do/a requerente ou requerentes, comprovando o cumprimento dos requisitos das alíneas b) e c) do artigo 4.º

### Artigo 7.º

#### Prazo de candidatura

1 — O incentivo à natalidade é requerido até sessenta (60) dias após o nascimento da criança, salvo no caso das situações previstas na alínea c) do artigo 5.º, nas quais o prazo se conta a partir da notificação das entidades competentes.

### Artigo 8.º

#### Decisão e prazo de reclamações

1 — O/a requerente ou requerentes serão informados/as por escrito da decisão que vier a recair sobre a candidatura sendo, em caso de indeferimento, esclarecidos os fundamentos da não atribuição.

2 — Caso a proposta de decisão seja de indeferimento, o/a requerente ou requerentes podem reclamar no prazo de dez dias úteis, após receção do ofício de decisão.

3 — As reclamações deverão ser dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores e apreciadas pela Câmara Municipal.

4 — A reavaliação do processo e resultado da reclamação será comunicado ao requerente no prazo de dez dias úteis.

### Artigo 9.º

#### Valor do incentivo

1 — O valor mensal do incentivo à natalidade corresponde ao reembolso das despesas referidas no n.º 2 do artigo 2.º e até ao máximo de setenta e cinco euros (75,00€)

2 — A Câmara Municipal, em função da sua situação económico-financeira, pode deliberar, no final de cada ano, a redução dos incentivos.

### Artigo 10.º

#### Despesas elegíveis

1 — São elegíveis as despesas realizadas em bens e/ou serviços considerados indispensáveis ao desenvolvimento da criança, nomeadamente frequência de creche ou similar, consultas médicas, medicamentos, artigos de higiene, puericultura, mobiliário, equipamento, alimentação, vestuário e calçado.

2 — Perante a apresentação de despesas referentes a bens e/ou serviços que suscitem dúvidas quanto à elegibilidade, compete ao Presidente da Câmara Municipal decidir sobre o seu enquadramento.

## Artigo 11.º

**Pagamento do Incentivo**

1 — Após receção da decisão de aprovação da candidatura, o/a requerente ou requerentes deverá(ão) apresentar mensalmente o/s documento/s comprovativo/s da realização da/s despesa/s (fatura/recibo, recibo ou venda a dinheiro) devidamente discriminada/s e não devendo estes incluir outra/s despesa/s do agregado familiar.

2 — Se o montante da despesa for inferior aos limites fixados no artigo 9.º, só será atribuído o incentivo correspondente ao valor do/s documento/s apresentado/s.

3 — O/s documento/s comprovativo/s da realização da/s despesa/s mencionada/s no número anterior, só pode(m) respeitar a compras efetuadas após ao nascimento da criança.

4 — O/s documento/s deverão ser entregues na Câmara Municipal até ao dia 20 do mês seguinte ao da realização da/s despesa/s, sendo o reembolso das mesmas efetuado, em princípio, até ao final do mês em causa, salvo a situação prevista no artigo 7.º, que será reembolsado de uma única vez.

## Artigo 12.º

**Falsas declarações**

1 — A prestação de falsas declarações por parte do/a candidato/a inibe-o/a do acesso ao incentivo à natalidade, de forma permanente, para além de outras consequências previstas na lei.

2 — A prestação de falsas declarações por parte da empresa ou empresário/a na transação dos bens e/ou serviços, interdita-o/a, para além de outras consequências previstas na lei, de ser elegível para futuras aquisições no âmbito do presente incentivo.

## Artigo 13.º

**Dúvidas e Omissões**

As dúvidas e omissões serão resolvidas pela Câmara Municipal.

## Artigo 14.º

**Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor no primeiro dia seguinte ao da sua publicação.

O regulamento foi aprovado pela Assembleia Municipal em sessão efetuada em 26 de fevereiro de 2014 e alterado pelo mesmo órgão em sessão realizada no dia 23 de fevereiro de 2018.

23 de fevereiro de 2018. — O Presidente da Câmara Municipal, *José Carlos Pimentel Mendes*.

311186687

**MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL****Aviso n.º 3348/2018****Prorrogação de Situação de Mobilidade Interna**

Para os devidos efeitos torna-se público que, conforme previsto no artigo 26.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (OE 2018), foram prorrogadas excecionalmente até 31 de dezembro de 2018, por despacho do Vereador com competências delegadas de 24 de janeiro de 2018 as seguintes mobilidades:

Mobilidade na categoria:

Manuel José Guimarães Campos, no exercício de funções de Assistente Operacional — Auxiliar de Serviços Gerais;

Nuno Manuel Almeida Lasca, no exercício de funções de Assistente Operacional — Auxiliar de Serviços Gerais;

Mobilidade Intercategorias:

Fernando Rodrigues Teixeira, no exercício de funções de Encarregado Operacional;

Maria Conceição Dias Figueiredo Henriques, no exercício de funções de Encarregada Operacional.

Mobilidade Intercarreiras:

Graça Maria Martins Correia Soares, no exercício de funções de Encarregada Operacional;

Celso Vítor Santos Marques, no exercício de funções de Assistente Técnico.

Com competências delegadas.

16 de fevereiro de 2018. — O Vereador, *Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço*.

311163358

**MUNICÍPIO DE SERNANCELHE****Aviso n.º 3349/2018****Discussão Pública da Operação de Loteamento****«Zona Empresarial de Sernancelhe****Fase 1» — Alteração às Especificidades do lote 23**

Carlos Manuel Ramos dos Santos, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sernancelhe, torna público, que por seu despacho de 21 de fevereiro de 2018, decidiu proceder à abertura do período de discussão pública da “Operação de Loteamento da Zona empresarial de Sernancelhe — Fase 1 — alteração às especificidades do lote 23”, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

A discussão pública decorrerá por um período de 15 dias úteis, subsequentes ao oitavo dia útil posterior à publicação do Aviso no *Diário da República*.

Durante o período de discussão pública, os interessados poderão consultar a proposta de alteração das especificidades do lote 23 da Operação de loteamento da “Zona Empresarial de Sernancelhe — Fase 1, na Divisão Técnica de Obras e Urbanismo da Câmara Municipal, sita na Rua Dr. Oliveira Serrão, nos dias úteis e durante o horário de expediente (9:00 — 12:30 horas, 14:00 — 17:00 horas), bem como no portal da internet em [www.cm-serancelhe.pt](http://www.cm-serancelhe.pt).

As reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento deverão ser apresentados por escrito e dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal de Sernancelhe entregues diretamente nos serviços municipais, remetidos por correio ou através do correio eletrónico: [dtou@cm-serancelhe.pt](mailto:dtou@cm-serancelhe.pt).

27 de fevereiro de 2018. — O Vice-Presidente da Câmara Municipal, *Carlos Manuel Ramos dos Santos*.

311163877

**Aviso (extrato) n.º 3350/2018**

Carlos Silva Santiago, Presidente da Câmara Municipal de Sernancelhe, torna público que a Câmara Municipal de Sernancelhe deliberou na reunião ordinária realizada no dia 9 de fevereiro de 2018 e a Assembleia Municipal na sessão de 23 de fevereiro de 2018, precedendo a audição dos representantes dos feirantes da feira quinzenal de Sernancelhe, alterar as taxas previstas no artigo IX — 2 — Mercados e Feiras da Tabela de Taxas do Município de Sernancelhe, publicada na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 21, de 1 de fevereiro de 2016, nos seguintes termos:

Prestação tributável				Valor da taxa €
Artigo	Número	Alínea	Subalínea	
IX 2				<b>Mercados e Feiras</b>
				<b>Ocupação e utilização de lugares no terrado</b>
	2.1			Por metro quadrado e por dia de feira — pagamento trimestral . . . . . 0,21
	2.2			Por metro quadrado e por dia de feira — pagamento anual . . . . . 0,18